

A Primeira Guerra Mundial em Porto Alegre e o papel da religiosidade na definição da nacionalidade

STEFAN CHAMORRO BONOW

Resumo

O presente trabalho aborda a tensa relação entre os cidadãos de ascendência germânica e os demais, que não se sentiam confortáveis com a preservação de uma cultura exógena, que mantinha na religião luterana um ponto de reforço. Ainda mais, diante de um contexto tenso, como foi o do período situado entre 1914 e 1918, em Porto Alegre. Como contraponto, houve um reforço da religião católica, que serviu como elemento catalisador dos anseios nacionalistas, contando com o apoio do arcebispado dessa cidade.

Palavras-chave

Primeira Guerra Mundial, nacionalismo, alemães, Porto Alegre.

Abstract

This paper discusses the tense relationship between the citizens of German descent and others who were not comfortable with the preservation of an exogenous culture, who had found in Lutheran religion a point of reinforcement. Further before a tense context, as was the period between 1914 and 1918, in Porto Alegre. As a counterpoint, there was a strengthening of the Catholic religion, which served as a catalyst for nationalist aspirations, with the support of the archbishop of that city.

Keywords

First World War, nationalism, germans, Porto Alegre.

Introdução

As observações aqui realizadas resultaram da investigação feita junto a periódicos publicados na cidade de Porto Alegre durante o período da Primeira Guerra Mundial. Pouco passado da data de sua deflagração – ou seja, o Brasil ainda não tinha qualquer envolvimento oficial com ela –, alguns jornais da capital do estado do Rio Grande do Sul expunham dúvidas a respeito da lealdade do pastor Wilhelm Rotermund (líder espiritual alemão do Sínodo Riograndense) em relação ao Brasil, em virtude de algumas declarações polêmicas feitas por ele. Isso repercutiu de maneira negativa sobre a comunidade luterana como um todo. Grosso modo, a comunidade luterana era composta por indivíduos de origem germânica, os quais eram representados por Rotermund. A maior repercussão do fato provocou o envolvimento direto do

governo estadual, que à época estava nas mãos do Partido Republicano Riograndense (PRR), liderado por seu chefe supremo, e presidente estadual, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Mais precisamente, o envolvimento se dera por intermédio do jornal oficial do partido (e do próprio governo gaúcho), *A Federação*. Isso ocorreu exatamente no início da guerra, em setembro de 1914.

No mesmo contexto bélico, embora ocorrido bem posteriormente, no ano de 1917, é interessante destacar também o pensamento expresso pelo catolicismo oficial, manifesto através da *Revista Eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre* (mais conhecida como *Unitas*). As páginas dessa publicação revelam, à medida que a conflagração se aprofundava no tempo e abarcava mais e mais países (inclusive o Brasil), uma mudança no comportamento da Igreja Católica em relação à Alemanha e, conseqüentemente, em relação à parcela dos seus fiéis de ascendência germânica.

A questão religiosa, no caso, é o pano de fundo para a observação de outras problemáticas. Faz-se adequado colocar em evidência que o objetivo do presente artigo é o de expor alguns eventos que, nas suas peculiaridades, talvez possam contribuir na análise de duas outras questões que reputo como relevantes.

Em primeiro lugar, os acontecimentos refutam a noção vulgarizada – que já vem sendo desmistificada – de que a herança cultural germânica (a tradição, os costumes, a língua, que em sua totalidade será chamada aqui de germanidade) conferia homogeneidade aos teuto-brasileiros (descendentes dos imigrantes que se afixaram no país). De outra forma, significa dizer que qualquer concepção que parta da premissa que os teuto-brasileiros formaram no Rio Grande do Sul um grupo étnico coeso é equivocada, pois havia divergências que fendiam-na sensivelmente. No que diz respeito ao posicionamento político-ideológico também havia múltiplos compromissos.

Sobre o assunto que aqui interessa, é possível observar que a religiosidade germânica se encontrava claramente dividida, reproduzindo conflitos e dissabores cujas origens remontam a tempos anteriores à chegada deles em terras brasileiras. A cisão entre os luteranos e os católicos era um fator importante na definição de sua própria imagem, inclusive para a reivindicação de uma cidadania brasileira.

Em segundo lugar, pretende-se ressaltar que o catolicismo, enquanto elemento constituinte da cultura brasileira, foi empregado como instrumento no reforço de uma nacionalidade, um elemento afirmativo de contraposição a um inimigo (real ou não, é um detalhe para outro artigo) naquele contexto histórico. A proximidade do Brasil com o conflito mundial propiciou uma valorização dos sentimentos patrióticos, sendo que houve o intuito de explorar a cultura católica brasileira como um fator de coesão. Para isso, a atuação do arcebispo metropolitano, D. João Becker, foi de fundamental importância.

Enfatizar a diversidade religiosa que caracterizava o cotidiano dos teuto-brasileiros que habitavam o Rio Grande do Sul, durante a primeira conflagração mundial, e aquilo que os mesmos representaram no processo de construção do sentimento de brasilidade, necessita de justificativa. O destaque deve ser dado tanto pela presença numérica dos indivíduos quanto pelo aporte de capital deles na economia do estado. Tal fato permite compreender o porquê da etnia ter atraído para si atenção e desconfiança.

Porto Alegre e a Guerra

De maneira geral, o desencadear das hostilidades europeias causou fascínio nos habitantes de Porto Alegre. Certamente, tratava-se de uma situação *suis generis* gerando uma série de sentimentos contraditórios. No dia 5 de agosto, todos os jornais da cidade publicaram a decisão do presidente da república que decretara feriado nacional por dez dias em função dos efeitos imediatos que a guerra traria. Os bancos da cidade, mediante orientação dos seus diretores que haviam se reunido, acederam prontamente em fechar as portas à espera das decisões que seriam tomadas pelo governo brasileiro.

Os boletins telegráficos dos periódicos detalhavam os eventos desenrolados. Houve enorme expectativa pelos acontecimentos que iam se sucedendo no velho mundo. Todos os jornais da cidade publicavam pormenorizadas sessões telegráficas narrando os principais fatos. Ao mesmo tempo, eles se desdobravam em análises para explicar os motivos que haviam levado a Europa da paz à guerra, bem como as razões que explicariam as rivalidades e os ódios envolvidos entre os lados em disputa. Havia comentários sobre – por exemplo – as decisões tomadas nos respectivos gabinetes de governo, a invasão da Bélgica pela Alemanha e o cerco da cidade de Liège¹, cenas de batalha, detalhes do atentado a Francisco Ferdinando e da prisão de Gavrilo Princep – seu assassino apanhado em flagrante. Enfim, todos os detalhes eram explicados para que os leitores pudessem compreender os motivos da destruição que campeava em solo europeu. Eram relatos diários e em grande profusão, crônicas, editoriais, sessões telegráficas, proliferando em páginas corridas.

Nas portas das redações as multidões estacionavam lendo os despachos telegráficos, à medida que iam sendo afixados. Intensamente, os membros das distintas comunidades nacionais que habitavam a cidade se manifestaram. Assim que tomavam conhecimento das mobilizações das tropas, muitos buscaram regressar aos seus países de origem. Os indivíduos se dirigiam aos consulados para dar início aos trâmites que permitiriam, o mais brevemente

possível, o embarque para os seus países, e assim se engajaram nas tropas (BONOW, 2011).

É difícil precisar a quantidade de pessoas que se dirigiu para a Europa. Não existia um movimento regular de transporte. Acontece que, as ordens de embarque seguidamente eram interrompidas pelo consulado até segunda ordem. O motivo se devia à preocupação com a violação às leis de neutralidade. Havia navios de procedência estrangeira que simplesmente se negavam a transportar reservistas porque alguns dos portos de parada, ao longo das rotas, realizavam vistorias e proibiam o transporte de reservistas rumando para a guerra, pois eles se enquadravam na categoria de contrabando de guerra. Fato esse que chegou a provocar a volta de alguns à cidade (BONOW, 2011).

Quanto ao número de homens que embarcaram, seria temerário estimar um valor qualquer. Assim como havia indivíduos que se apresentavam ao consulado de Porto Alegre, em outras partes do estado houve aqueles que preferiram embarcar em portos da região Sudeste do país para se apresentarem. A manifestação de interesse dos reservistas que se apresentaram nos consulados durante os primeiros dias não pode ser contabilizado como critério para evidenciar o maior ou o menor interesse da parte de uma nacionalidade específica, pois os consulados chegaram inclusive, em alguns momentos, a suspender as chamadas e os embarques com uma segunda ordem, o que fazia com que as pessoas passassem dias sem se dirigirem aos seus consulados.

As manifestações de solidariedade e de apoio por parte daqueles que abertamente escolhiam um lado para torcer não tardaram a ocorrer. Manifestações para arrecadar fundos beneficentes foram imediatamente organizadas. Inequivocamente, nesse aspecto os indivíduos de origem germânica se desdobraram em esforços para prestar apoio ao lado alemão. Junto aos cônsules da Áustria e da Alemanha se procurou a melhor maneira de ajudar as famílias dos reservistas que partiam, de acordo com o brasileiro norte-americano Frederick Luebke (1987).

Entre os membros do partido governamental, aqueles que possuíam origem germânica mostraram empenho. Foi o caso do deputado estadual Arno Philipp, que, através do jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, fizera esforço em benefício da causa alemã. Frederick Luebke coloca que: “he wrote that even though they could not sacrifice their blood for their old homeland, it was self-evidence that they would at least give of their possessions” (1987, p. 86).

Sobre os comentários realizados, convém ressaltar que, já no início do conflito a cidade fora vitimada por uma crise de informações desconhecidas. Boatos surgiram em meio à população, despertando o temor e mexendo com os brios de alguns cidadãos. Um fato que ajudou nesse sentido foi a clara incomunicabilidade com alguns países. Os cabos submarinos alemães haviam sido cortados, ainda no início das hostilidades. Também os correios pararam de

expedir malas postais para esse país, além da Áustria, da Sérvia, da Turquia, da Bulgária e da Romênia, em virtude do eficiente bloqueio marítimo dos britânicos no Oceano Atlântico. Tal fato dificultara ainda mais as chances de desmentido. Como os governos dos países beligerantes haviam decretado a censura oficial, nenhuma notícia vinda da Europa era realmente confiável. A comprovação disso pode ser observada na recorrência de informes de jornal iniciando por expressões como “correm notícias contraditórias”, ou “está desmentida a notícia”, além dos interessantíssimos “consta que” e “circula o boato de” (BONOW, 2011).

De fato, não foi possível precisar a origem da boataria. No entanto, certamente as falsas informações modificavam a rotina da cidade por alguns dias, até que as mobilizações sociais e de autoridades produzissem informações fidedignas que dissipavam os mal-entendidos. No entanto, há um detalhe interessante sobre a circulação desses falsos informes. As suspeitas, com relação à origem dos boatos que se espalhavam em Porto Alegre, costumavam recair sobre os ingleses. Pelo menos, essas foram as denúncias encontradas entre as testemunhas alemãs que deram seus relatos sobre os anos da guerra, quando, posteriormente, estiveram na capital em contato com os teuto-brasileiros. Entre todos os possíveis suspeitos, pelas recorrentes e idênticas versões relatadas pelos viajantes alemães, as desconfianças recaíram com maior intensidade sobre o cônsul britânico lotado em Porto Alegre: T. C. Dillon. É o que pode ser observado nos relatos do pastor Max Dedekind (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 173), do padre Heinrich Timpe (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 175) e do cônsul Emil Landenberger (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 213), que estiveram em Porto Alegre.

Houve dois casos interessantes no ano de 1914, ambos ocorridos em agosto. Coincidentemente, o ápice dessa boataria ocorreu no mesmo dia do embarque de alguns reservistas para a guerra. Os relatos citavam indivíduos que estariam sendo alvos de constrangimento na Alemanha. Pelo menos em um dos casos, ocorreu uma onda de informação e desinformação que tomou as páginas dos jornais por alguns dias, chegou a provocar a manifestação dos estudantes universitários, levando até ao envolvimento das autoridades.

O mais interessante foi aquele que envolveu o ex-ministro da fazenda, e ex-governador paulista, Bernardino de Campos. Na época do incidente, ele exercia o mandato de senador pelo estado de São Paulo.

Segundo afirmou o pequeno jornal *O Independente*², algumas informações haviam sido espalhadas pela cidade no dia 11 de agosto, apesar do jornal *Correio do Povo*³, que recebera a notícia telegráfica, não tê-la publicado. Inicialmente, o relato era de que o político e sua esposa haviam sido espancados com coronhadas e roubados por soldados alemães. Pelo que consta em nota oficial do Ministro das Relações Exteriores, o misterioso telegrama teria

procedência francesa⁴. De acordo com o mesmo artigo, na mesma hora ocorreram manifestações pelas ruas do centro de Porto Alegre. O fato fez com que o governo aumentasse o contingente de policiais no patrulhamento da região.

A partir do dia 13 de agosto, os jornais começaram a especular sobre o desaparecimento do referido político, que teria ocorrido cerca de quatro dias antes (lá pelo dia 9 de agosto), em solo alemão e, mais do que isto, que o sumiço teria sido por obra do atentado que sofrera naquele país. Nisso, foi acionado o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O mesmo procurou entrar em contato com as legações diplomáticas européias em busca de esclarecimentos.

Ao que parece, o impasse nas informações provocou um aumento da tensão, gerando todo o tipo de especulações. Nessa atmosfera, os universitários da cidade, ainda no dia doze, inconformados com a situação se reuniram para deliberar sobre a iniciativa a ser tomada em defesa de um ilustre brasileiro. Envoltos pelo mistério, cerca de setecentos estudantes interromperam as atividades acadêmicas para deliberar a respeito do problema. Todavia, além desse, outro motivo inquietara a classe estudantil, um que tocava diretamente sua corporação. A possibilidade de terem ocorrido prisões de estudantes brasileiros em Berlim impeliu os solidários camaradas porto-alegrenses à ação (BONOW, 2011).

A proporção tomada foi enorme. Encontraram-se envolvidos Lauro Müller, o chanceler brasileiro, e Borges de Medeiros, chefe do executivo gaúcho, pois os universitários telegrafaram a ambos solicitando informações. O maior interessado na resolução do mal-entendido, em virtude do tamanho que passou a tomar a questão, veio a ser o consulado alemão. Diante das incertas informações que circularam, aquela legação se viu impelida a desvendar o mistério. Consta que a resposta chegou ao consulado da capital gaúcha à tarde do dia seguinte, sendo rapidamente repassada para dissipar a boataria. Nela se informava que Bernardino estava vivo e que gozava de boa saúde, tendo já cruzado a fronteira suíça (BONOW, 2011).

Após os esclarecimentos prestados, a confusão foi encerrada. De igual forma, a problemática levantada pelos estudantes a respeito de possíveis colegas detidos foi debelada pela inexistência de novos comentários. Grassou silêncio após a solução do mistério Bernardino de Campos, o que sugere que, da mesma maneira que este, as tais detenções de estudantes devem ter sido pura especulação, levantada por alguém (não evidenciado) no calor dos debates.

Assim como os anteriormente citados, outros comentários de origem duvidosa surgiram. Frequentemente, as informações continham um teor desabonador ao comportamento dos alemães, o que fomentava a prevenção contra os indivíduos de ascendência germânica.

Na maior parte dos acontecimentos, aqueles a quem se chamava de “alemão” eram, na verdade, brasileiros natos.⁵ Portanto, do ponto de vista legal, havia suspeitas de brasileiros com relação a outros brasileiros. Isto significava que a identidade brasileira se encontrava cindida. Supostamente, vivia-se um momento no qual os “brasileiros de verdade” de um lado, enfrentavam uma “ameaça inimiga infiltrada” do outro lado. O risco à manutenção da ordem impôs um constante estado de vigilância pelas autoridades. Não tardaria para que o dilema assumisse um viés político.

A Imigração Alemã

A presença germânica no Rio Grande do Sul foi relevante para a construção deste estado. No caso da capital, sua ascendência – principalmente econômica – foi bastante representativa. Seu número e intensidade, dentro do período situado entre 1824 e 1914, foi tão considerável que, em Porto Alegre os alemães foram o grupo imigrante mais extenso (ROCHE, 1960).

Para corroborar a afirmação relativa à importância na cidade já no século XIX, observava-se que:

não eram poucas, neste último quartel do século, as casas comerciais de imigrantes alemães em funcionamento na Rua da Praia. A presença desses estabelecimentos no local era significativa desde a década de 1860 [...]. Ao passar pela Rua da Praia [era possível] ver as lojas de Mathias Bins, Carl Bohrer, Luise Christoffel, Peter Jung, Johann Adam Klein, Johann Engel, as grandes casas da moda que pertenciam a famílias alemãs. Havia ainda as de médio porte e os mestres de ofício [...]. (SILVA, 2004, p. 345).

Durante as duas primeiras décadas do século XX, Porto Alegre, já com mais de duzentos mil habitantes, era composta por uma considerável gama de nacionalidades. Ainda no ano de 1920, perto de 20% da população da capital riograndense era estrangeira, sendo que deste percentual, aproximadamente dez mil eram alemães; perdendo em número somente para os italianos, que representavam pouco mais de doze mil (PAIVA, 1943, p. 29).

A entrada contínua desses indivíduos gerou apreensão. O brasileiro de origem lusa manteve uma postura situada entre a desconfiança e a hostilidade (ROCHE, 1969, p. 114). Para muitos brasileiros de origem lusa que recebiam informações das colônias unicamente através dos periódicos, o problema existia porque a “formação de enclaves de população com costumes, tradições, língua e hábitos particulares foi interpretada como uma séria ameaça à soberania nacional” (LUCA, 2004, p. 45).

A situação dentro do território brasileiro, ao invés de arrefecer com o tempo, veio a ficar mais delicada. Na década de 1870, a consolidação de um

grande Estado alemão se somou às razões para desconfiança, pois ao modo de vida das populações imigrantes se atribuiu uma conspiração maquiavélica. Derivado dessa paranoia, o resultado foi:

um mal entendido entre colonos e seus porta-vozes, de um lado, e os dirigentes rio-grandenses, de outro, onde uns vêem senão o fruto de trabalho assíduo e a conservação das virtudes ancestrais, outros percebem os indícios de germanização das zonas povoadas pelos colonos. As vitórias da Prússia, a proclamação do império alemão, mais tarde o interesse da Alemanha pela colonização reforçam a desconfiança do Rio Grande a respeito de seus núcleos alemães (ROCHE, 1969, p. 114).

Durante o período monárquico no Brasil, a emigração não contou com o apoio das autoridades germânicas. A sociedade escravista brasileira era vista como suspeita (SEYFERTH, 2004), portanto indigna de confiança. O próprio Bismarck reprovava a iniciativa dos emigrados, vendo nela apenas um sinal de fraqueza (CUNHA, 2000).

A partir de 1848, com o recrudescimento da perseguição às correntes de pensamento mais liberais, houve a entrada no Brasil de pessoas politicamente articuladas. Eram novos personagens numa peça já complexa. Esses tiveram dificuldades de manter relações de afinidade com os pioneiros.

Do ponto de vista religioso, a existência tanto de católicos como de não-católicos (protestante ou ateus) entre os novos indivíduos que chegavam, serviu de força dispersiva. Deve ser ressaltado, também, o choque cultural envolvendo os próprios católicos. Os imigrantes católicos – germânicos e eslavos – encontraram dificuldades para se integrarem à sincrética Igreja brasileira (DREHER, 1984).

Apesar da diversidade cultural presente, prevaleceu no senso comum exterior às comunidades de imigrantes, a partir de 1870, a crença em uma possível intervenção direta do governo alemão, dando consistência à ideia do “perigo alemão”. Estimulada por um suposto risco, de que as relações entre as colônias do sul do Brasil e a Alemanha poderiam desencadear uma ameaça à integridade do território nacional, “essa ideia se estendeu com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Guerra” (GERTZ, 1991, p. 15).

Muitos dos representantes que entraram depois de 1871 eram pastores luteranos, que vinham com a intenção de prestar assessoria à vida espiritual das comunidades, entrando em rota de colisão com os hábitos desenvolvidos nas colônias (MAGALHÃES, 1998 p. 32). Sofreram esses missionários, também, a oposição dos imigrantes politizados que, nas cidades, não compartilhavam do credo daqueles a quem consideravam, simplesmente, como representantes do imperialismo alemão.

As circunstâncias nas quais se encontravam os distintos grupos germânicos (católicos, luteranos, liberais, socialistas, anarquistas,

monarquistas, republicanos) evidenciam um riquíssimo e intrincado quadro social, que, por isso mesmo, refuta qualquer banalização. Certamente, a Alemanha contava com francos admiradores entre os seus imigrantes, bem como entre os teuto-brasileiros, principalmente em virtude do *status* que o *Reich* desfrutava internacionalmente. Contudo, o que se deseja, no momento, é evidenciar que, no contexto da passagem do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, os alemães num todo, e os teuto-brasileiros em especial, foram alvo de uma grosseira banalização. Parece que, a estreiteza de visão de parte da sociedade brasileira (oriunda de diferentes estratos sociais) favoreceu a difusão de ideias pejorativas, popularizando o receio conhecido como “perigo alemão”.

Os argumentos aos quais se apegavam os adeptos da teoria conspiratória eram encontrados em fatos distorcidos. Houve um interesse da Alemanha pelos seus emigrados ainda no final do século XIX, o que provocou a vinda de representantes interessados na preservação da cultura germânica junto às comunidades localizadas em outros países (GERTZ, 1991), na qual a Igreja reformada possuiu função determinante. Contudo, o interesse fundamental estava em assegurar reservas de mercado à Alemanha no novo continente, as chamadas “colônias sem bandeira” (MAURO, 1976, p. 275), que além de contarem com o apoio de cônsules e representantes comerciais que vinham ao Brasil, contaram também com o apoio de instituições expansionistas pangermânicas (que, no entanto, não detinham contatos nas esferas elevadas do governo). Outro fato estimulante da paranoia foi a Lei de Emigração alemã de 1897, que estimulava a vinda de alemães para o Brasil, desde que se dirigissem aos três estados do sul, e que foi vista com desconfiança por alguns (KOHTE, 2007).

Quanto ao comportamento, qualificado de arredo pelos elementos externos às comunidades germânicas, e interpretado como agressivo, muito foi influenciado pelo contato com o novo meio e não pelo isolamento alegado (SEYFERTH, 2004). O atribuído “antibrasileirismo”, do qual os imigrantes foram rotulados foi, em parte, resultado de um instinto de preservação ante as adversidades enfrentadas. Deve-se atentar para o fato de que o contato entre distintos grupos, estranhos uns aos outros, pode provocar – como Max Weber (2002) já havia percebido – reações intensas de ambos os lados, fomentando um estranhamento. Na constituição da identidade do imigrante, os valores repercutem tanto as lições aprendidas na nova terra em virtude da convivência direta com os seus anfitriões, assim como as tradições culturais trazidas de fora.

No sul, o imigrante se colocou na condição de isolado, muitas vezes, por contingência da localização das terras destinadas à colônia. Situação ainda mais precária pela ausência de vias de comunicação (LANDO; BARROS, 1981).

Acabava ficando a cargo dos próprios colonos abrir picadas para facilitar o acesso.

Em busca de melhores condições de vida, o colono acabava percebendo que o sucesso dependeria da capacidade para interagir com a sociedade na qual começava a fazer parte, sendo que isto dependia da capacidade de se comunicar, ou seja, do conhecimento do idioma português. No princípio do processo imigratório, as famílias até se mostraram dispostas a aprender (STEYER, 1979). A realidade, todavia, mostrou-se adversa.

Religião e Nacionalidade

A crescente penetração de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul durante o século XIX e o início do XX requereu uma adequação por parte da Igreja Católica, que não poderia deixar sem assistência os fiéis que à terra nova chegavam. Em meio a uma maioria de protestantes entre os imigrantes, o próprio Bispo Dom Sebastião Laranjeiras – maior autoridade eclesiástica no estado, entre 1861 e 1888 – tratou de dedicar maior atenção à região colonial. O seu episcopado, em verdade, era sensível ao crescimento populacional do estado estimulado pela chegada de levas de imigrantes europeus, à retificação da doutrina eclesiástica (em consonância com as determinações do Concílio de Trento) e, em certa medida, repercutia os efeitos da organização da vida espiritual protestante no estado. Mais precisamente, buscava reagir à maior organização do credo luterano que, a partir da década de 1860, enviava pastores da Europa para cuidar dos fiéis no outro lado do oceano.

Para os protestantes, as quatro décadas iniciais da colonização no Brasil foram especialmente árduas. A isso esteve ligado o fato do catolicismo ter permanecido como a religião oficial do país. Inexistindo uma divisão entre Igreja e Estado, a ideia de registro civil estava fora de cogitação. Significa dizer que, o direito ao reconhecimento da existência do indivíduo, critério para reivindicação da própria cidadania, passava pelos ritos do batismo e do casamento na Igreja Católica. Para os protestantes, submeter-se aos sacramentos católicos seria a negação da sua fé, o que, numa reafirmação da mesma, os empurrava para uma vida sem direito à cidadania (DREHER, 1984). Tal dilema era um fardo que os perseguia da infância à vida adulta, pois ter filhos em uma união que não fosse consagrada no interior do catolicismo atrapalhava no reconhecimento dos mesmos como herdeiros. No cotidiano, o problema acarretado pelo não reconhecimento de um casamento era a impossibilidade jurídica de legar propriedades aos já referidos herdeiros. Por outro lado, casamentos mistos impunham a abjuração da primeira religião

(DREHER, 1984). Além disso, não-católicos estavam impedidos de ocupar cargos públicos.

Em certa medida, as dificuldades do contexto foram um reforço para o alegado comportamento refratário dos luteranos, concentrados em grande quantidade no Rio Grande do Sul. Esse foi um elemento de muito maior importância para justificar a diminuta inserção na sociedade, em relação a qualquer suposta predisposição “racial” ao enquistamento para evitar máculas à *Kultur*.

As novas necessidades advindas impuseram ao Estado nacional a obrigatoriedade de readequar a legislação vigente. Uma lei decretada em 1865 passou a reconhecer os casamentos entre protestantes. O fato dela ter premiado a firmeza da convicção dos outros credos diante da adversidade coincidia com o maior empenho da Igreja Católica na sua ação evangelizadora junto à região colonial.

Dentro desse contexto deve ser tomada em consideração a chegada ao Rio Grande do Sul do pastor George Borchard, vindo da Europa no ano de 1864. Entre as suas medidas esteve a primeira tentativa de organizar o luteranismo através do estabelecimento de um sínodo. Ele supunha a existência de uma relação íntima entre religião e germanidade, conceito este que permaneceu balizador da religiosidade, nas décadas posteriores, com o pastor Wilhelm Rotermund, como será visto posteriormente. Além disso, Borchard buscou minimizar a condição de isolamento social que marcava o cotidiano do imigrante. Para tanto, fomentou a entrada de pastores vindos da Europa para melhor orientação dos fiéis, bem como o estreitamento de laços econômicos entre os colonos e a Alemanha unificada, o que de forma alguma significava o desejo de submissão ao Estado alemão ou a reivindicação de uma nacionalidade alemã (DREHER, 1984). Todavia, não se pode negar a relação dos acontecimentos com a redobrada preocupação católica e com a ampliação dos argumentos do já referido “perigo alemão”.

Por sua vez, o catolicismo no Brasil experimentava o dilema de submeter suas práticas à disciplina ditada por Roma, elevando o grau de exigência sobre o clero para que agisse em consonância com o que se esperava de um verdadeiro sacerdote. Nesse sentido, deveria ser corrigida a vida eclesial brasileira prenhe de referências oriundas da mistura de tradições culturais diversas; além do comportamento por demais flexível dos sacerdotes, entre outras coisas, pouco atento ao celibato.

Igualmente importante – anos mais tarde – foi o arcebispado de D. João Becker. Tendo comandado o catolicismo em terras gaúchas por mais de trinta anos (1912-1946), ele continuou com a prática disciplinadora de impor ao clero as determinações do Concílio de Trento.

Apesar de ter nascido na Alemanha, na cidade de Saint Wendel, em 1870, Becker veio ainda criança para o Rio Grande do Sul e sua família fixou residência na cidade de São Vendelino (ISAIA, 1998). Ao contrário do que poderia ser suposto, ele não manifestava qualquer orgulho das suas origens germânicas, sendo que São Vendelino (no interior do Rio Grande do Sul) era a cidade na qual afirmava ter nascido – o que não chegava a ser uma mentira completa. Pelo que consta, em entrevistas com visitantes alemães chegava mesmo a pedir intérprete, apesar de dominar o idioma (GERTZ, 2002).

Como característica de sua conduta, D. João Becker era considerado um apreciador contumaz dos assuntos da elite política do estado, sempre envolvido em atividades que lhe granjeassem visibilidade e destaque, demasiadamente ligado ao governo, entre outras coisas, sentia-se pouco afeito à disputa de prestígio, ainda mais no interior da Igreja que via como seu domínio (ISAIA, 1998). Em virtude de sua postura, o arcebispo não chegava a ser celebrado entre os cidadãos de origem germânica, pois desprezava as pregações realizadas em idioma alemão por seus sacerdotes, chegando inclusive a interdita-las. Para se ter um vislumbre do alcance do mal-estar em relação à sua ascendência e à própria vaidade pessoal, a paróquia São José de Porto Alegre, das mais abastadas e importantes, “que congregava a comunidade alemã, teve com o arcebispo uma contenda, em que se chegou a arbitramento do Papa” (ISAIA, 1998, p. 53), em virtude das rendas da paróquia.

O período de 1914 a 1918 viu ocorrer uma transformação no relacionamento entre a comunidade católica de origem alemã gaúcha e a sua Igreja. Até os primeiros anos da conflagração mundial prevaleceu a boa vontade da Arquidiocese do estado, sob a autoridade de Dom João Becker, para a fatia considerável dos seus fiéis que mesclava sem maiores contratempos, elementos culturais distintos.

A Religião e a Guerra

No dia onze de setembro de 1914 foi registrado, no jornal *A Federação*, um incidente – já inteiramente resolvido, segundo a reportagem – envolvendo a folha de língua alemã *Deutsche Post*, editado pelo pastor Wilhelm Rotermund. Por ocasião do início das hostilidades na Europa, em função das quais a Alemanha adentrava o território neutro da Bélgica (jogando contra si a reação britânica) e atacava por trás a pouco prevenida França, a mais respeitada autoridade religiosa luterana no Rio Grande do Sul iniciou uma campanha em benefício dos combatentes alemães. Em virtude da existência de uma maioria de francófilos, principalmente na capital, ocorreu uma queda de braço entre as duas tendências políticas que acabou provocando maior desconfiança sobre a

comunidade germânica luterana em particular, e sobre todos os indivíduos de origem alemã no geral.⁶

O artigo publicado na *Deutsche Post* apenas externava o sentimento de inconformidade ante o desejo explícito de ver a Alemanha destruída na guerra, manifestado por muitos brasileiros que torciam desbragadamente pela França. O doutor Rotermund chamava a atenção para o fato de muitos alemães e descendentes destes, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, viverem e trabalharem no Brasil, para gerar riqueza para o Brasil, por livre e espontânea vontade, em decorrência de escolherem este país como lar e, portanto, seria, no mínimo, uma indelicadeza desejar o mal para a Alemanha. Por si só, tal pensamento era considerado uma ofensa cometida por alguns brasileiros a seus próprios concidadãos, uma vez que os franceses não haviam cogitado migrar para o Brasil. Causavam indignação, de acordo com suas palavras, os predicados negativos que eram atribuídos aos alemães, os quais seriam totalmente injustos, pois afirmava que “aqueles que já estiveram na Alemanha não sabiam como louvar a cortesia e a hospitalidade alemãs”.⁷

Esse comportamento ele atribui à ignorância de alguns canalhas que tentavam tirar benefício próprio em outros periódicos. A solução apontada, não poderia ser outra a não ser um total boicote. As comunidades germânicas deveriam se negar a comprar os jornais mentirosos, se esforçarem para trazer à tona as notícias que fossem totalmente verdadeiras sobre o povo alemão e (iniciativa mais radical) cortar relações comerciais com aqueles que dessem demonstrações de germanofobia. Encerrando, aconselhava aos demais brasileiros que manifestassem a mesma deferência que os alemães sempre demonstraram: a de aprender o idioma alheio.

A questão do idioma gerou os comentários mais candentes, sendo tratada como matéria de preocupação. Acontece que, o órgão oficial do governo tratou o incidente como episódio isolado, relacionado exclusivamente com a *Deutsche Post*, não uma questão religiosa (não acusaram os protestantes), nem de nacionalidade (não acusaram os alemães), embora um problema tenha sido criado.

Apesar de minimizar o acontecido, referenciando que sempre seria positivo aprender um novo idioma, além de reconhecer a importância da região colonial para o Rio Grande, o jornal *A Federação* explicitou que o presidente do estado – Antônio Augusto Borges de Medeiros – havia chamado o doutor Rotermund para prestar esclarecimentos. Por fim, *A Federação* afirmava que o pastor havia pedido desculpas pelo mal-entendi⁸do e publicava uma tradução deste, feito no próprio jornal de língua alemã, na qual aparecia uma explicação da importância da preservação do idioma natal para a identidade e, mais do que isto, para a definição da alma de um povo, o que não os impedia de serem brasileiros patrióticos (mesmo em outro idioma).

Mais elucidativa do que a justificativa do governo em relação à população gaúcha foi a repercussão junto a outros setores da comunidade alemã. Como existiam diferentes jornais em língua alemã, com diferentes orientações editoriais, é possível ter uma noção do impacto das palavras de um segmento junto a outro que lhe é discordante. O comentário mais interessante proveio do jornal católico *Deutsches Volksblatt*, ao afirmar que o colega vernáculo “prestou, há dias, um mal serviço à colônia alemã!” Isso, porque o vocabulário e o tom manifestado pelo jornal colega teriam “alardeado desde o princípio da guerra, não poucas vezes e com insistência charlatanesca, um heroísmo de boca”, para tanto insistia que o mesmo poderia “ter o critério e o discernimento preciso para não instigar (...) a prevenção que os luso-brasileiros não deixam de nutrir contra nós alemães”⁹.

A grande repercussão foi dada pelo *O Independente*, que chegou a lançar uma edição especial de sábado, no dia 5 de setembro, para tratar do assunto. Sucintamente, chamava a atenção para o pangermano que estava a tramar contra os brasileiros. Louvou os componentes das comunidades teuto-brasileiras que condenaram o pastor e explicou que o comportamento fomentado por Rotermund seria uma falta em relação à declaração de neutralidade e um demérito para a própria Alemanha, que teria nele um inimigo.¹⁰ Reafirmou a importância da colonização, para circunscrever as críticas apenas ao referido líder, quando comentou que “a colônia contribuiu para o povoamento do solo, valorizando-o; aumentou a produção do sul do Brasil”¹¹, mas lembrou que a mesma enriqueceu e obteve liberdade que na Europa não tinha e, portanto, ao compartilhar da cidadania brasileira, ninguém deveria nada em especial à colônia alemã. A investida contra o pastor, e contra a *Deutsche Post*, continuou nos dias posteriores, chamando-os, novamente, de pangermanos, de contrários aos brasileiros¹², e acusando Rotermund de ter “brasilofobia”.¹³ Quando da retratação, feita pelo pastor a Borges de Medeiros, o jornal bradou ofendido ante a menção de Rotermund a um possível erro de tradução, afirmando que não seria difícil entender aquilo que havia sido escrito em alemão.¹⁴ Dias depois, talvez esquecendo do que fora dito, ao reclamar de um artigo escrito por Arno Philipp em outro jornal de língua alemã, o editorial d’*O Independente* afirmou que era muito difícil compreender a língua de Goethe, porque “conhecemos apenas o alemão colonial, aquele patuá”.¹⁵ Ao que parece, de fato pode ter ocorrido um mal entendido pela incapacidade de muitos homens do jornalismo municipal em compreender a língua alemã.

De modo geral, a postura do jornal estivera voltada aos casos dos supostos “mal-agradecidos” do sul do Brasil, que seriam um motivo de ultraje, insulto que passaria pelo desprezo da língua portuguesa. À Alemanha, *O Independente* mostrava respeito e consideração. Ao referir ao imperador Guilherme II, na mesma data do comentário citado anteriormente, pode ser extraída a citação “o

imperador Guilherme – a quem se tem lisonjeado amiudadas vezes as qualidades de sedução pessoal”.¹⁶

É preciso que se diga que a folha oficial do governo, ao longo da guerra mostrou uma posição ponderada. Em momentos importantes o jornal mostrou um tom incisivo, sempre atentando para que as pessoas mantivessem a calma e afirmando que não seria brando com ações intempestivas que ameaçassem a integridade física das pessoas e ou a propriedade das mesmas.¹⁷ O periódico, em realidade, reproduzia o pensamento do partido no poder. O Partido Republicano Riograndense (PRR) durante sua hegemonia no estado demonstrava cautela quando se tratava da colônia germânica. Mesmo que os indivíduos pertencentes a esta última tivessem, em diversos momentos, manifestado uma preferência eleitoral pela oposição, o partido governista buscara granjear ascendência sobre eles. Embora os católicos tenham obtido maior expressão, o deputado luterano Arno Philipp, por exemplo, podia ser considerado homem de confiança de Borges de Medeiros.

Mais do que procurar possíveis focos de rebeldia, *A Federação* manifestava o intuito de lembrar a comunidade luterana da importância de estar sob o beneplácito temporal do governo. Claro, além de antever um possível foco de problemas em virtude da existência de uma maior quantidade de admiradores da França no estado, pois que, se comentários viscerais pudessem ser evitados no futuro talvez não houvesse maiores ameaças à manutenção da ordem, como acabariam ocorrendo. Do ponto de vista do poder constituído, estava sendo dito que a autoridade do doutor Rotermund tinha claras limitações que a circunscreviam ao campo religioso e que não poderiam ser transpostas sem prévia aprovação de Borges de Medeiros.

Wilhelm Rotermund nascera em Stemmem, nas proximidades de Hannover, tendo emigrado para São Leopoldo – próximo a Porto Alegre – em 1874, formado em teologia. Tendo vindo após a unificação alemã, era homem de um novo tempo, orgulhoso da grandeza do seu império, motivo pelo qual veio a redobrar os esforços no desejo de afirmar o valor da germanidade entre os habitantes de origem germânica no Rio Grande do Sul. Sem embargo, enquanto representante espiritual de fiéis, que na maioria das vezes pouco tinham em comum com a Alemanha, soube mesclar as convicções que trouxe com o respeito à trajetória daqueles que o antecederam nas terras do Brasil.

Por um lado, a Igreja Luterana, da qual ele era o maior expoente no Rio Grande do Sul, adotou uma orientação de pagar tributo às origens através de referências à Alemanha na sua prática cotidiana, com louvações ao dia da unificação e ao aniversário do *Kaiser*, algo que não existia nos primórdios da colonização. Na realidade, tal tradição havia começado na década de 1860, com a chegada dos primeiros pastores focados também na difusão da germanidade. A ênfase pretendida ia ao encontro de um objetivo que lhe secundava, que era o

de fortalecer vínculos entre os dois lados do Atlântico, de modo a viabilizar as relações econômicas entre os capitalistas alemães e seus parentes distantes (DREHER, 1984).

De outro lado, havia a questão do isolamento ao qual a comunidade luterana se submetera. Desde a chegada no Rio Grande do Sul, em um meio ambiente inóspito, e alheios à própria vontade, os imigrantes se viram submetidos a um isolamento que facilitou a preservação da cultura (SEYFERT, 2004). Tendo o Brasil, durante a maior parte do século XIX, sido um império com o catolicismo como religião oficial, prevaleceu um sentimento de solidão que sobrepujava o dos imigrantes católicos, ao mesmo tempo em que havia um processo de reafirmação da fé. O matrimônio com católicos automaticamente significava a conversão ao catolicismo, e a necessidade de educar os filhos nos ditames de Roma – algo que repercutiu sobre a quantidade de luteranos. Logo, o catolicismo era visto como uma doutrina “internacionalizante” que, ao aproximar o imigrante da nova comunidade, afastava o indivíduo de sua tradição original, pois, na visão dos luteranos, a Igreja Católica não teria interesse de preservar o idioma alemão em detrimento do latim (DREHER, 1984).

Por fim, deve ser ressaltado que o estreitamento de laços econômicos não significava submissão política. Os pastores, na sua maioria, eram contrários à ruptura política entre as regiões coloniais com o restante do Brasil. A ideia de submissão à Alemanha não era cogitada. Até mesmo pelo fato dos imigrantes posteriores serem considerados pretensiosos pelos que aqui já viviam, os teuto-brasileiros, descendentes de segunda e terceira geração, muitas das vezes, faziam questão de afirmar sua condição de brasileiros. Portanto, a noção de germanidade expressa pelo doutor Rotermund estava fundada, especialmente, na questão do idioma e da cultura. Para ele, a trajetória histórica permitia que a fé se reafirmasse pela língua alemã, ou seja, era a língua um ponto fundamental que estaria na base da germanidade e sem ela não haveria igreja (DREHER, 1984).

Entenda-se, então, que as palavras do pastor reproduzidas no jornal *A Federação* eram apenas um recurso de defesa e um manifesto de desagravo pelo que lhe parecia uma ofensa à razão de existir da própria fé. Algo que, na percepção do restante dos brasileiros seria uma recusa à cidadania brasileira, um ato de insubordinação e a expressão de um desejo de integração junto à outra cidadania. Uma demonstração de ignorância, pois aqueles que muitos viam como sendo alemães, de fato, tinham origens diferentes. Eram eles oriundos de meios rurais e urbanos que muitas vezes desconheciam um ao outro, sem contar que, oficialmente, nos documentos oficiais de muitos dos chamados alemães dava para ver o carimbo oficial dos governos russos, franceses, dinamarqueses, luxemburgueses (MEYER, 2000).

Em parte, esse comportamento deve ser tributado à insegurança do brasileiro, tendo também relação com a própria estrutura política federalista do país. Ao mesmo tempo em que não tinha clareza da constituição da sua identidade, receava outra que lhe parecia mais solidamente definida.

Nos primeiros anos da conflagração mundial, os comandantes militares alemães eram lembrados nas orações das missas e pedia-se a Deus pela vitória da Alemanha. Um dos pastores chegou a embarcar para lutar na guerra enquanto outros lamentavam não poder ir, mas a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, no final de 1917, piorou a situação e as demonstrações de simpatia foram contidas (DREHER, 1984). Sendo a comunidade germânica vista como inimiga e com os contatos do Sínodo com a Alemanha sido cortados (o que impunha redução de verba) a partir de abril de 1917, o doutor Rotermund insistiu para que seus paroquianos obedecessem às determinações das autoridades brasileiras (DREHER, 1984).

No que dizia respeito à posição do órgão católico, *Deutsches Volksblatt*, ele evidenciava uma cisão no meio germânico em decorrência da diferença religiosa. Como na Alemanha os católicos se encontravam em posição de inferioridade, era uma preocupação evitar que a mesma situação se reproduzisse na nova terra. Essa temeridade pode ser reconhecida mediante o depoimento encontrado na revista *UNITAS*, quando o padre Bolle – alemão de nascença – comentou a respeito da possibilidade de ver que, no estado do Rio Grande do Sul, “já começavam a ser mais numerosos os médicos, advogados, juízes, funcionários protestantes, que católicos”.¹⁸

A questão da inserção do teuto de orientação católica se mostrara presente. Por ocasião do *X Congresso de Católicos Teuto-Brasileiros*, ocorrido na cidade gaúcha de Novo Hamburgo, sob a presidência de Hugo Metzler (editor do *Deutsches Volksblatt* e dono da tipografia na qual a própria *UNITAS* era impressa) e que contou com a presença do arcebispo Dom João Becker, foi debatida a questão alemã. Em seu discurso de abertura, o mesmo fez questão de lembrar “as boas relações de mútua estima e confiança existentes entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros”.¹⁹

Em seguida, lembrara que a situação do imigrante era tomada muitas vezes por suspeita devido ao injurioso “perigo alemão” que era decantado. Para contrariar os argumentos do referido perigo, argumentara que tudo não passava de puro preconceito, sendo que, explicava a existência de uma diferença entre política e cultura. Com o objetivo de reforçar a justiça de suas palavras, evocara um depoimento dado pelo próprio Borges de Medeiros, quando inquirido pelo deputado Alberto Bins (também importante empresário de origem alemã, além de deputado estadual e liderança católica). Esse teria dito “não fazer caso, pessoalmente, da língua que alguém fala, importando tão somente que todos se interessem pelo progresso do Rio Grande do Sul”.²⁰

À semelhança dos luteranos, os católicos germânicos reafirmavam que o cultivo da tradição cultural não era empecilho para o pleno exercício de uma cidadania brasileira. No entanto, não havia para eles a mesma conexão entre religiosidade e ancestralidade, que era compartilhada entre aqueles que integravam a comunhão de fé evangélica luterana. A questão, no caso, era mais sociopolítica. De fato, fazia o resgate de uma conceituação trazida pelo líder laico germânico, durante o período imperial, Karl Von Koseritz²¹. Para ele, não haveria dilema algum para o teuto-brasileiro, pois o mesmo seria indiscutivelmente brasileiro por ter sido a terra do Brasil conscientemente escolhida para habitar. Além do mais, sua herança diversa só poderia ser um acréscimo ao progresso da nova terra. Tal proposição permaneceria evidente quando Metzler disse crer que, até pelo fato de manter viva a antiga língua e os costumes, os teutos se tornarem “excelentes brasileiros e muito bons católicos”.²²

A concepção de teuto-brasilidade que vinha sendo discutida no interior do catolicismo acabou perdendo o sentido, na medida em que foi sobreposta pelos efeitos da declaração de guerra e pela postura adotada pelo arcebispo Dom João Becker.

O interesse pela figura do arcebispo reside na sua forte personalidade e no seu caráter contraditório. Alemão de nascimento, ele evitava confirmar o fato e apesar de conhecer o idioma, fazia questão de negá-lo. Durante a guerra, ele se declarou aliadófilo desde o começo das hostilidades. Chegou a ser secretário da seção gaúcha da *Liga de Defesa Nacional*, além de contestar as reais contribuições da imigração alemã para o Rio Grande do Sul.

À frente da arquidiocese, incitou o clero, através de circulares, a fomentar nos fiéis o sentimento de amor à pátria, para que os mesmos permanecessem preparados “em todas as emergências presentes e futuras”.²³ Agindo no intuito de manter os católicos dentro da lei e da ordem, antevia o pior e se propunha a levantar o ânimo diante de adversidades que pudessem sobrevir. Ele foi além, ao desejar uma unidade brasileira, como se pode ver:

em épocas normais, quando a vida nacional decorre tranquila, sem tropeços de monta, compreende-se a luta de partidos (...). Mas em horas de justas apreensões, quando não somente periga o nome brasileiro, nos avulta a possibilidade de um sacrifício de sangue, só pode haver um partido – o brasileiro: um único rumo – a honra da nação; uma única estrela – a Pátria enobrecida e respeitada.²⁴

Assim, a religião foi conduzida de modo a ter o papel de um catalisador dos anseios populares, em nome do país. Concomitante a esse esforço de união dos cidadãos, Dom João Becker procurou se certificar de que o idioma português pudesse ser um elemento agregador. Ainda mais, depois de abril de 1917, quando, por causa do naufrágio do navio mercante *Paraná* (afundado por um

submarino quando entrava em águas francesas) as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram cortadas, fato que veio acompanhado de uma onda de violência e destruição que atingiu os prédios que eram de propriedade de alemães e teuto-brasileiros.

A Igreja Católica, através do seu arcebispado no Rio Grande do Sul, também prescreveu normas de conduta para serem seguidas por ocasião da ruptura da neutralidade. Tais normas foram evidenciando a inconformidade do arcebispo D. João Becker²⁵ com certas liberdades desfrutadas pelas paróquias. Até pouco tempo antes dos distúrbios de abril, era possível observar a liberdade do uso do idioma alemão nas missas. No caso, podia-se encontrar, inclusive, o anúncio de bíblias em alemão, que eram caprichosamente elaboradas para o ensino naquele idioma dentro das escolas da arquidiocese.²⁶ Após a onda de destruição, no dia 17 de abril, o arcebispo enviou uma circular aos vigários das paróquias germânicas que aconselhassem aos fiéis a respeitar as autoridades e cumprirem os seus deveres como cidadãos. Quatro dias depois, ele informou ao presidente do estado do seu feito, hipotecando-lhe inteira confiança.²⁷ Estava aí o início das mudanças a serem realizadas no seio da instituição. Elas ficam mais claramente delineadas quando vemos a circular publicada pelos arcebispos do Sul e Sudeste do Brasil (entre os quais D. João Becker), no momento em que se aproximava o final daquele mês, no dia 30. Muito elucidativa, afirmava haver, a partir daquele momento, somente o partido do Brasil, cujo rumo era a “honra da nação” e cuja estrela era a “pátria enobrecida e respeitada”.²⁸ Contraditoriamente, o sentimento que deveria ficar evidente, também deveria requerer palavreado moderado, purificado pela “serenidade do púlpito”, embora fosse adequado o alistamento dos fiéis na *Liga de Defesa Nacional*.

Pregava que seria justo restituir o afeto ao soldado brasileiro, mas, mais importante, afirmava claramente, em nome das arquidioceses, que:

jamais pudemos compreender a superstição constitucional que, até o presente, nos tem privado do ensino obrigatório da língua nacional. É uma falta que todos lamentamos e poucos procuram remediar. Com o esquecimento ou corrupção da língua, esquecidas ou corrompidas ficarão as nossas tradições, profundamente alterando o caráter nacional.²⁹

A questão da língua passaria a ser um ponto importante na pauta da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. A mesma foi mais desenvolvida a partir de então em todos os números posteriores da revista *UNITAS*, especialmente após a declaração de guerra no final do ano de 1917. Com esse propósito, já no mês de maio, o arcebispado enfatizara que as comunidades católicas no interior do estado e as escolas católicas deveriam garantir, de modo indispensável, “o ensino da língua nacional, como matéria obrigatória”.³⁰ Consequentemente, a editora *Selbach*, que meses antes publicara bíblias em alemão para as

paróquias, sob orientação do arcebispo, passara a publicar livros didáticos em português, e saudando os feitos do Brasil, para os colégios da arquidiocese.³¹

Percebe-se, a partir da nova conduta evangelista empreendida no interior do catolicismo brasileiro, um estreitamento dele com o nacionalismo. Prática diferenciada que coincidiu justamente com o período de envolvimento do Brasil na guerra. Mediante a contundente militância desenvolvida por D. João Becker, nesse período foram assentadas as bases do chamado “catolicismo político” que nas décadas seguintes seriam fortalecidas e buscariam identificar na fé católica um dos elementos constitutivos do nacionalismo brasileiro (GERTZ, 2002).

No início do mês seguinte, o governo, mediante uso do veículo oficial, mostrou-se contente com o comportamento do clero brasileiro que manifestava zelo pelas instituições, pelo bem maior da pátria, sempre atentando para a preservação da convivência entre os fiéis, a despeito da origem que tivessem.³²

Conclusão

Nas páginas anteriores foram apresentadas algumas particularidades da sociedade gaúcha, especificamente da cidade de Porto Alegre. A pluralidade de tipos sociais caracterizou fortemente aquele meio urbano, sendo que, nele, a religião apresentou um destacado papel, tanto para agregar quanto para fomentar dissensões.

Sendo importante em escala mundial para a redefinição do pensamento sobre a própria civilização, a Primeira Guerra Mundial foi um marco que trouxe, em substituição do cosmopolitismo que predominara até então, o nacionalismo para o centro do debate, como afirma Lúcia Lippi Oliveira (1990). Nesse contexto, a religião foi um elemento de reforço no processo de definição de novos critérios de identificação para a coletividade. Se, para os brasileiros luteranos de origem germânica, ela foi utilizada no intuito de defender a cultura e reforçar os laços de reciprocidade entre os fiéis, ainda mais num momento de dificuldade, para outros isso poderia ser interpretado (e assim foi por alguns) como sinal da existência de planos malignos de dominação perpetrados pelos alemães. Receio que apareceu de modo recorrente na trajetória histórica da imigração alemã no Brasil, e que era periodicamente reforçada.

Ao que parece, o luteranismo, um tanto quanto pelo mal entendido protagonizado pelo seu líder espiritual, passou a ser também interpretado como uma precondição para a adoção de uma nacionalidade alternativa (alemã), em detrimento da brasileira. Fato esse sistematicamente negado, mas sem sucesso, haja vista a permanente defesa da língua dos antepassados e da cultura daqueles que vieram para cá – uma mistura de tradição e precaução que remontava aos tempos de Lutero, passando pela traumática trajetória histórica desta

comunidade religiosa em terras brasileiras no período monárquico –apontada como prova do pouco caso manifestado pelos assuntos do Brasil.

Embora persistisse a desconfiança, a rotina permaneceu intacta até 1917, período após o qual, os “alemães” deixaram de ser apenas os antipáticos inimigos da sedutora tradição cultural francesa, que melhor apetecia ao paladar brasileiro, e se tornaram os próprios inimigos dos brasileiros. A partir daí, não apenas houve a retração dos luteranos, evitando a exposição à opinião pública, como também um reforço do catolicismo (ponto de afinidade entre os brasileiros, de norte a sul do país) agora imbuído de um espírito nacional.

Nesse processo, a arquidiocese, paulatinamente, empreendeu um processo de “desgermanização”, submetendo as paróquias nas quais a língua alemã (que, aliás, muitas das vezes, era o único ponto de afinidade com as comunidades luteranas) permanecia corrente no cotidiano dos cultos. Movimento esse que se intensificou até o final da guerra. Contudo, não terminou com a mesma, intensificando-se sob a liderança do arcebispo D. João Becker, e atingindo o seu ápice durante a presidência de Getúlio Vargas, décadas mais tarde.

Referências

BONOW, Stefan Chamorro. *A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a primeira guerra mundial: cidadãos leais ou retovados?* 2011. 379f. Tese (Doutorado) – Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CUNHA, Jorge Luiz da. Conflitos de interesses sobre a colonização alemã do Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.183-233, 2000.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 1984.

FRANCO, Sérgio da Costa; NOAL FILHO, Valter Antonio. 1. ed. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria: Anatterra, 2004.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. 1. ed., Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.

_____. *O Aviador e o Carroceiro*. 1.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998

KOTHE, Mercedes Gassen. Os descendentes alemães. In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, 2007.

- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. 1. ed. Porto Alegre: Movimento: 1981.
- LUCA, Tânia Regina de. Imigração e teorias antropológicas no Brasil (1910-1920). In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2004
- LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: A comparative History of Cultural conflict during World War I*. 1 ed. Louisiana: Louisiana State University Press, 1987.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2000.
- MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial (1790-1970)*. Tradução de Lincoln Penna. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAIVA, Edivaldo P. *Expediente Urbano de Porto Alegre*. 1. ed. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1943.
- RAMBO, Arthur Blasio (Trad.). *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. 2. ed. Canoas: Ulbra: 2004.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. Um olhar imigrante: Porto Alegre na perspectiva de quem chega. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2004.
- STEYER, Egon Frederico. *Aspirações da população de origem alemã, no Rio Grande do Sul, segundo a imprensa teuto-brasileira: 1878-1891*. 1979. 158f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TUCHMAN, Barbara W. *Canhões de Agosto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. 12. ed. México, D. F.: Fondo de Cultura Econômica, 1997.

WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

¹ Primeira batalha de vulto durante a invasão alemã à Bélgica. Ver: TUCHMAN, 1998.

² Porto Alegre, 12 de agosto de 1914, p. 2. Jornal que circulava três vezes por semana. De linguajar mais informal, ele nutria simpatias pela classe operária (à qual se remetia a origem do editor da folha) e se distinguia pelo vocabulário inflamado.

³ Grande jornal da capital, juntamente com *A Federação*. Crítico ao governo, embora não tivesse qualquer vinculação partidária, proclamava-se imparcial.

⁴ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 12 de agosto de 1914, p. 2.

⁵ Em 1913, a legislação alemã permitiu que fosse admitida a cidadania para descendentes de alemães que viviam fora do país. Poucos meses antes da eclosão da guerra, em 1914, ainda havia um considerável número de solicitações de cidadania sob análise (KOTHE, 2007).

⁶ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 11 de setembro de 1914, p. 1.

⁷ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 11 de setembro de 1914, p. 1.

⁹ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 11 de setembro de 1914, p. 1.

¹⁰ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 7 de setembro de 1914, p. 2.

¹¹ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 5 de setembro de 1914, p. 1.

¹² O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 7 de setembro de 1914, p. 1.

¹³ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 11 de setembro de 1914, p. 1.

¹⁴ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 7 de setembro de 1914, p. 1.

¹⁵ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 23 de setembro de 1914, p. 1.

¹⁶ O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 23 de setembro de 1914, p. 1.

¹⁷ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 16 de abril de 1917, p. 1.

¹⁸ UNITAS. Porto Alegre, v. 1, 1914, p. 61.

¹⁹ UNITAS. Porto Alegre, v. 1, 1914, p. 56.

²⁰ UNITAS. Porto Alegre, v. 1, 1914, p. 57.

²¹ Vindo para o Brasil por ocasião do contrato de mercenários feito pelo governo brasileiro para a luta contra o presidente Rosas, da Argentina, em 1851, destacou-se como deputado provincial na luta pelos direitos dos colonos. Membro do Partido Liberal, Koseritz foi amigo do senador gaúcho Gaspar Silveira Martins (considerado o maior inimigo, quando em vida, do PRR), que se empenhou na defesa dos direitos do não-católicos.

²² UNITAS. Porto Alegre, v. 1, 1914, p. 57.

²³ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 60.

²⁴ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 60.

²⁵ O arcebispo desprezava a influência cultural alemã, considerando-a prejudicial (ISAIA, 1998). Também era necessário levar em conta que, apesar dele repudiar as origens, o catolicismo no estado estava profundamente influenciado pela tradição germânica devido a ampla participação de clérigos nascidos em território alemão que para o Rio Grande do Sul vieram (RAMBO, 2005).

²⁶ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 24.

²⁷ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 60.

²⁸ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 65.

²⁹ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 68.

³⁰ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 108.

³¹ UNITAS. Porto Alegre, v. 4, 1917, p. 133.

³² A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 4 de maio de 1917, p. 2.